

PROJETO DE LEI N.º 3.851, DE 2024

(Do Sr. Sidney Leite)

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para limitar a participação em apostas online a até 10% da renda bruta mensal de pessoas físicas ou jurídicas e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2843/2023.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

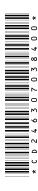
(Do Sr. SIDNEY LEITE)

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para limitar a participação em apostas online a até 10% da renda bruta mensal de pessoas físicas ou jurídicas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** A Lei nº 14.790, de 11 de setembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:
- **Art. 2º-A** Fica estabelecido que as pessoas físicas ou jurídicas poderão utilizar, no máximo, até 10% (dez por cento) de sua renda bruta mensal para a realização de apostas em plataformas de apostas online.
- **§1º** As plataformas de apostas online deverão implementar sistemas de controle de gastos, vinculados ao CPF ou CNPJ do usuário, para garantir que o limite de 10% da renda bruta seja observado.
- **§2º** As plataformas serão obrigadas a solicitar, durante o cadastro do usuário, a apresentação de comprovantes de renda para a correta aplicação do limite previsto no §1º deste artigo.
- §3º Em caso de alterações na renda do apostador, a plataforma deverá permitir a atualização dos dados e ajustar automaticamente o limite de apostas, respeitando o percentual estabelecido.
 - §4º O descumprimento dos limites estabelecidos resultará em:
 - I. Advertência às plataformas no primeiro descumprimento;
- II. Multa de um salário mínimo por usuário que exceder o limite de 10% da renda bruta mensal;
- III. Em caso de reincidência, suspensão temporária das atividades da plataforma em território nacional.
 - **Art. 2º** Fica acrescido à Lei nº 14.790/2023 o seguinte dispositivo:
- **Art. 5°-A** O Poder Executivo poderá fiscalizar as plataformas de apostas online para assegurar o cumprimento desta lei, mediante auditorias, relatórios financeiros e controle de dados de usuários.
 - Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.790, de 2023, que regulamenta as apostas online no Brasil, trouxe avanços importantes na disciplina dessa atividade econômica, visando a proteção dos consumidores e a criação de regras claras para o mercado. No entanto, observa-se que há um risco crescente de endividamento e perda de controle financeiro por parte de pessoas físicas e jurídicas que participam de apostas online de forma desmedida.

Este projeto de lei propõe uma alteração à Lei nº 14.790/2023, com o objetivo de limitar a quantia destinada a apostas online em até 10% da renda bruta mensal dos participantes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Essa medida é necessária para promover o uso consciente e responsável das plataformas de apostas e, ao mesmo tempo, evitar que indivíduos e empresas comprometam parcelas excessivas de sua renda em atividades de alto risco financeiro.

As apostas online têm se tornado cada vez mais acessíveis, e com isso, aumenta a vulnerabilidade de pessoas que podem ser atraídas pela promessa de ganhos rápidos e imediatos. Ao limitar o valor destinado a apostas a até 10% da renda bruta, busca-se prevenir o endividamento excessivo e o comprometimento da renda mensal, protegendo o equilíbrio financeiro dos apostadores e suas famílias.

As plataformas de apostas online devem assumir responsabilidade social em relação aos seus usuários. Ao exigir a implementação de sistemas de controle de gastos com base na renda bruta de cada apostador, essas empresas contribuirão para a promoção de práticas mais sustentáveis, ajudando a mitigar os riscos associados ao vício em jogos de azar e ao desequilíbrio financeiro.

A regulamentação das apostas online deve ir além da arrecadação tributária e buscar um ambiente de jogo seguro e saudável, no qual o bem-estar financeiro dos apostadores seja preservado. A proposta de limitação a 10% da renda mensal contribui para essa missão, promovendo práticas responsáveis entre os jogadores e incentivando um consumo controlado dos serviços de apostas.

O projeto de lei também estabelece mecanismos para a fiscalização por parte do Poder Executivo, garantindo que as plataformas cumpram rigorosamente os limites estabelecidos. Isso aumenta a transparência no setor e assegura a proteção dos apostadores.

Em suma, a limitação a 10% da renda bruta mensal para apostas online traz equilíbrio, segurança financeira e responsabilidade tanto para os apostadores quanto para as empresas de apostas. Ao propor essa alteração na Lei nº 14.790/2023, busca-se assegurar um ambiente de jogo mais justo e responsável, minimizando os impactos negativos da atividade sobre a sociedade.

Sala das Sessões, em de outubro de 2024

Deputado Sidney Leite (PSD-AM)







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.790, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 | https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14790-29dezembro-2023-795206-norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO